



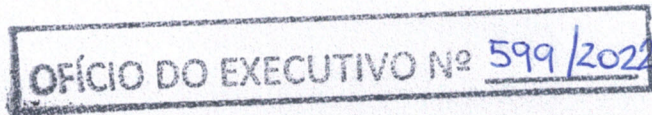
PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

* * *

30 de novembro de 2022



Exmo. Sr. Luis Carlos Domiciano

Em atenção ao Of. nº 651/2022 referente aos Requerimentos nº 1309/2022, encaminhamos Despacho DMF nº 610/2022 anexo, provindo do Departamento de Finanças.

Renovamos na oportunidade os protestos de estima e consideração.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal

Exmo. Sr. Vereador
LUIS CARLOS DOMICIANO
Câmara Municipal
NESTA.



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

7/12/22

funcionário

DESPACHO DMF/610/2022

ASSUNTO: RESPOSTA AO REQUERIMENTO 1309/2022 – CÂMARA MUNICIPAL
DESTINO: GAB – GABINETE DA PREFEITA

Trata-se do **REQUERIMENTO N° 1309/2022**, de autoria do Vereador Gustavo Belloni, e subscrito pelos Vereadores Titi, Claudinho, Pastor Carlos e Júnior da Van, ao qual solicitam informações relacionadas à cobrança da Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos.

Em atenção ao questionamento apresentado pelos nobres Edis, apresentamos a seguinte resposta:

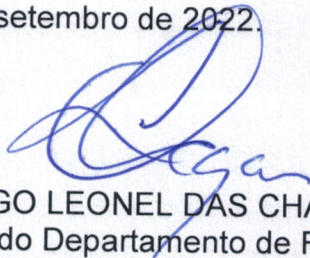
- 1) *Informar o valor total arrecadado no ano de 2022 com a Taxa de Remoção de Resíduos Sólidos, e enviar comprovantes da aplicação dos recursos.*

R: Conforme devolutiva encaminhada na data de 20/10/2022 mediante a edição do DESPACHO DMF/559/2022, ratificamos que não houve lançamento e, conseqüentemente, arrecadação relacionada à Taxa pela Utilização Efetiva ou Potencial do Serviço de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – TMRS no exercício de 2022.

Sendo o que temos a informar no momento.

Atenciosamente,

São João da Boa Vista, 28 de setembro de 2022.



DIOGO LEONEL DAS CHAGAS
Diretor do Departamento de Finanças

DESPACHO DMF/559/2022

ASSUNTO: REQUERIMENTO CÂMARA MUNICIPAL Nº 1095/2022

DESTINO: GAB – GABINETE DA PREFEITA

Trata-se de requerimento encaminhado pela Câmara Municipal assinado pelo Vereador Gustavo Belloni relacionada à cobrança da Taxa Pela Utilização Efetiva Ou Potencial Do Serviço De Manejo De Resíduos Sólidos Urbanos – TMRS no município.

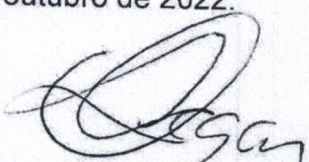
Em atenção aos questionamentos apresentados pelo nobre Edil, apresentamos as seguintes respostas:

1. Não houve lançamento, e consequentemente arrecadação, relacionada à TMRS nos exercícios de 2021 e 2022, tendo em vista que a lei foi aprovada em agosto de 2021 e a necessidade de revisar os critérios de apuração e lançamento da taxa.
2. Para a resposta do questionamento relacionado à estimativa de arrecadação para o exercício de 2023, considerando que o Projeto de Lei que visa a revisão da referida taxa ainda está em elaboração, solicito prazo de 30 (trinta) dias para finalização do projeto e elaboração dos cálculos estimativos.

Sendo o que temos a informar no momento.

Atenciosamente,

São João da Boa Vista, 20 de outubro de 2022.



DIOGO LEONEL DAS CHAGAS
Diretor do Departamento de Finanças